

Universidade Federal do Rio Grande do Sul
Instituto de Filosofia e Ciências Humanas - Departamento de História

Otávio Rodrigues Carvalho

**O medo ainda tem cor: os traços anticomunistas nas
narrativas do congresso brasileiro na Assembleia Nacional
Constituinte (1987-1988)**

Porto Alegre

2024

O medo ainda tem cor: os traços anticomunistas nas narrativas do congresso brasileiro na Assembleia Nacional Constituinte (1987-1988)¹

The fear is still red: the anti-communist traits in the narratives of the Brazilian congress in the National Constituent Assembly (1987-1988)

Resumo: Neste texto nos debruçamos a analisar manifestações anticomunistas de parlamentares durante a Assembleia Nacional Constituinte (1987-1988) no contexto das reformas soviéticas (perestroika e glasnost). Objetiva-se mostrar o quanto as mudanças no socialismo internacional se tornaram um argumento contra o socialismo nacional durante a escrita da nova constituição brasileira. Para isso, apresentamos o contexto da constituinte e, em seguida, uma breve história do movimento anticomunista no Brasil, a fim de elucidar seus principais momentos de atuação e como identificaram o comunista como subversivo. Por fim, chegamos na análise das manifestações parlamentares a fim de identificarmos os traços de anticomunismo a partir da mobilização das reformas soviéticas.

Palavras-chave: anticomunismo; assembleia nacional constituinte; reformas soviéticas

Abstract: In this text, we focus on analyzing anti-communist expressions by parliamentarians during the National Constituent Assembly (1987-1988) in the context of Soviet reforms (perestroika and glasnost). The objective is to demonstrate how changes in international socialism became a significant argument against national socialism during the drafting of the new Brazilian constitution. To achieve this, we present the context of the constituent assembly and then provide a brief history of the anti-communist movement in Brazil, aiming to clarify its key moments and how they perceived communists as subversive. Finally, we conclude with an analysis of parliamentary expressions to identify traces of anti-communism stemming from the mobilization of Soviet reforms.

Keywords: anti-communism; national constituent assembly; soviet reforms

Introdução

Quando falamos de anticomunismo no Brasil, existe uma forte tendência de vincularmos o assunto ao golpe civil-militar de 1964, ao golpe do estado Novo em 1937 e aos regimes implementados em seguida aos mesmos. É natural que isso aconteça, visto que, como discorre o autor Rodrigo Patto Sá Motta, “... o anticomunismo abriu caminho e justificou as duas ditaduras mais longevas da história brasileira, e continua ajudando a despertar/provocar a sensibilidade de direita nos dias que correm”.²

O presente artigo, no entanto, procura analisar este mesmo movimento em outro recorte do século passado: a década de 1980. Durante esses anos, podemos citar duas características do contexto que justificam a relevância de estudar o anticomunismo e

¹ “Trabalho de Conclusão de Curso de graduação no formato de artigo de periódico apresentado ao Departamento de História do Instituto de Filosofia e Ciências Humanas da Universidade Federal do Rio Grande do Sul, como requisito parcial para a obtenção do título de Licenciado em História. Orientador(a): Caroline Silveira Bauer, da qual gostaria de fazer um agradecimento especial, pois o seu direcionamento foi essencial para o artigo.

² BOHOSLAVSKY, Ernesto; MOTTA, Rodrigo Patto Sá; BOISARD, Stéphane. *Pensar as direitas na América Latina*. Alameda Casa Editorial, 2021. p. 76.

também os diferindo dos cenários prévios às ditaduras brasileiras. Em primeiro lugar, as reformas econômicas, sociais e políticas da União Soviética, alterando suas estruturas mais importantes e, conseqüentemente, também as referências do socialismo internacional, com o seu “berço” em situação difícil e turbulenta, mudando suas estratégias e conceitos para evitar uma crise generalizada. Em segundo lugar, essa relevância também se intensifica pelo fato de que, diferente do ambiente prévio a ambas ditaduras de 1937 e 1964, o clima após a transição da ditadura civil-militar para o civil era de grande expectativa de, para além da redemocratização, a reivindicação de direitos humanos, a denúncia de preconceitos e estabelecimentos de novos canais de comunicação entre o Estado e a sociedade³.

Nessa década, a Assembleia Nacional Constituinte (ANC) era o momento chave para que as mais variadas gamas de ideais e possibilidades, engasgadas ou exaltadas pela ditadura civil-militar que governava até pouco tempo, fossem analisadas e consideradas. Desta forma, objetivo com este artigo analisar a mobilização das reformas soviéticas da década de 1980 por deputados constituintes na conjuntura de elaboração da Constituição de 1988, evidenciando os traços de um anticomunismo em suas manifestações e de que forma traziam este contexto internacional para a realidade brasileira utilizando-o contra os representantes políticos identificados direta ou indiretamente com a ideologia socialista.

Espero com este trabalho contribuir para os estudos acadêmicos sobre anticomunismo, mas também como uma ferramenta para a melhor compreensão do presente - neste caso, a polarização política da sociedade brasileira, que voltou a se explicitar nos últimos anos. Ocupando novamente lugar central nos debates políticos, o comunismo e o anticomunismo são bons conceitos para entendermos um pouco desta polarização, ainda que nosso presente não esteja marcado por propostas desses movimentos.

Em busca da democracia: o contexto da Assembleia Nacional Constituinte

A análise da década de 1980 no Brasil pelo seu viés econômico poderá considerá-la um período turbulento, resultado da sua estagnação e a crescente inflação. Paralelamente, observa-se um grande avanço no campo social: a luta pela

³ VERSIANI, Maria Helena. Constituinte de 1987/1988. In: Quadrat, Samantha Viz, ed. *Não foi tempo perdido: os anos 80 em debate*. Faperj, 2014.

redemocratização, em que, na luta contra o autoritarismo, desde meados dos anos 1970, muitas bandeiras de viés democrático se levantavam e agregavam na frente de oposição contra o regime ditatorial. Neste contexto, poderemos observar como a ANC não foi uma sugestão, e sim uma resposta. Como explica a autora Maria Helena Versiani, a nova Constituinte era “... etapa de um projeto político maior de resistência à ditadura, projeto que tinha como ponto fundamental a extinção definitiva da legislação autoritária”.⁴

Em 1974, o que era considerado pela ditadura como “ameaça comunista”, expressa na ideia de “subversão”, estava vencida e os integrantes deste “perigo vermelho”⁵ estavam em sua maioria banidos, exilados, presos ou mortos. O caráter anticomunista das políticas de segurança nacional que justificaram a ditadura civil-militar fez com que até mesmo os comunistas que não aderiram à luta armada, e outras pessoas que sequer compactuassem com a ideologia fossem perseguidas, já que todo o inimigo foi reduzido a um único sujeito, o “subversivo”. Nesta altura, um novo discurso por parte do governo dá início à abertura política lenta, gradual e restrita do general que ocupou a presidência da República, Ernesto Geisel.⁶

Essas mudanças na agenda política do governo trouxeram expectativas para além da simples transição democrática paulatina, mas também, como elucida Versiani, “uma nova lógica nas relações entre o Estado e sociedade”⁷. Assim, a pauta de redemocratização se expandia em luta por direitos civis, políticos e sociais, tais como a luta contra as discriminações, pela liberdade de expressão, por melhores condições de trabalho e também por uma nova constituinte. As bandeiras, neste aspecto, não eram únicas: grupos nascidos para pressões sociais específicas englobavam outras lutas então atuais e assim criavam uma relação de fortalecimento mútuo, ou seja, apesar de terem um foco em sua questão social, se tornavam movimentos mais abrangentes e, através de gestos de empatia e resistência, criavam uma rede de apoio entre aqueles que buscavam mudanças significativas para a estrutura do Brasil.

⁴ VERSIANI, Maria Helena. Constituinte de 1987/1988. In: Quadrat, Samantha Viz, ed. *Não foi tempo perdido: os anos 80 em debate*. Faperj, 2014. p. 363.

⁵ Termo utilizado pelo autor Rodrigo Patto Sá Motta para se referir aos integrantes do movimento comunista/socialista.

⁶ Para aprofundamento no tema, ler “FAGUNDES, Pedro Ernesto. *Ernesto Geisel: o general da “abertura”?*. Revista *Ágora*, n. 28, p. 104-115, 2018.”

⁷ VERSIANI, Maria Helena. Constituinte de 1987/1988. In: Quadrat, Samantha Viz, ed. *Não foi tempo perdido: os anos 80 em debate*. Faperj, 2014. p. 364.

Assim foi o caso, por exemplo, da luta pela anistia ampla, geral e irrestrita, que carregou junto de sua bandeira a defesa do trabalhador e também a demanda por uma nova constituinte.⁸ Mesmo com vitórias muitas vezes apenas parciais, como foi o caso da anistia - cuja concepção e redação foi dada pela ditadura, com o apoio da Aliança Renovadora Nacional (ARENA) - os movimentos sociais, no geral, se consolidaram e saíram fortalecidos de cada nova etapa deste processo e, enquanto cada qual buscava suas conquistas, o apelo pró-constituinte era um dos pontos em comum entre aqueles que queriam acabar com o autoritarismo. Para uma parte menor da resistência, no entanto, não se via na luta pró-constituinte uma saída para a situação do país, provavelmente reflexo do imaginário político nacional de que o “cidadão comum” não teria interesse ou capacidade para enfrentar as complexidades que um movimento pró-constituinte, ou qualquer outro deste caráter, iria exigir - na perspectiva do que a autora Ângela Maria de Castro Gomes nos elucida com relação à tradição do pensamento político no Brasil, da qual a população teria um desinteresse natural neste assunto e também à formas organizadas de participação⁹. Como Versiani afirma, existia um certo “realismo político” nesta teoria pelo fato de que assuntos constitucionais não são simples para ninguém, no entanto, os capítulos seguintes desta década mostraram que esse posicionamento não se passou de um (corriqueiro) erro no senso comum brasileiro.

Podemos afirmar que nos anos subsequentes a 1979 houve um intenso movimento de alternância entre vitórias e derrotas para os setores progressistas: já com o sistema pluripartidário restabelecido, novos programas oficiais exigindo a Constituinte surgiram, entre eles, o do Partido dos Trabalhadores (PT) e do Partido Democrático Trabalhista (PDT). Diferentes setores populares em prol das eleições diretas participam do movimento “Diretas já” que, seguido de uma nova onda de censura e violência policial por parte do governo, amarga um revés com a derrota da emenda Dante de Oliveira no Congresso Nacional. Com esforços redirecionados, ganha força o movimento do “Constituinte Já” e uma leda eleição indireta coloca o pró-constituinte Tancredo Neves na Presidência da República. Em função de seu adoecimento e sua morte, setores da população demonstraram-se receosos com os rumos da política, pois enxergavam uma situação de continuidade com a ex-liderança da

⁸ VERSIANI, Maria Helena. Constituinte de 1987/1988. In: Quadrat, Samantha Viz, ed. *Não foi tempo perdido: os anos 80 em debate*. Faperj, 2014. p. 363-375

⁹ GOMES, Ângela Maria de Castro. A política brasileira em busca da modernidade: na fronteira entre o público e o privado. In: SCHWARCZ, Lília Mortiz (Org.). *História da vida privada no Brasil: contrastes da intimidade contemporânea*, p. 489-558.

ARENA, José Sarney, assumindo o primeiro governo civil após a ditadura civil-militar, ocasionando questionamentos sobre se o que acontecia ainda era uma transição ou uma “...conservação, sugerindo uma ideia de continuidade do regime que se desejava ultrapassar”.¹⁰

Uma das primeiras medidas do governo Sarney foi encaminhar ao Congresso Nacional a convocação de uma Assembleia Constituinte. A partir de então, os movimentos sociais passaram a incentivar a participação efetiva dos brasileiros, sendo o momento de eleger os seus representantes apenas o curso natural após a participação ativa nos debates prévios, garantindo que a elaboração da constituição fosse verdadeiramente democrática, um reflexo dos anseios populares calados há mais de 20 anos.

Criaram-se diversas frentes com o objetivo de estender os debates políticos para além de suas elites, destacando-se entre eles o Movimento Nacional pela Participação Popular na Constituinte (MNPPC), o Projeto Educação Popular Constituinte e o Plenário Pró-Participação Popular na Constituinte, visando a criação de ambientes que permitissem a democratização na participação política e na tomada das decisões que guiavam os rumos de suas vidas. O Brasil já era um país desigual, então para muitos o momento do país era uma completa incógnita¹¹, mas isso não desmerece o fato de que a colaboração popular era nova, grande e forte e certamente mudou os rumos de como poderia ter sido o processo caso a mesma não existisse.

Como dito anteriormente, em 28 de junho de 1985, José Sarney envia ao congresso a proposta de emenda constitucional solicitando a convocação da ANC - nesse momento, se inicia uma outra luta popular a fim de que a modalidade da assembleia fosse “exclusiva” (membros eleitos unicamente para elaboração da constituição), contrariando a proposta do então presidente, que recomendava a modalidade “congressual” (membros sendo os mesmos parlamentares que fossem eleitos em 1986). Apesar da derrota para estes movimentos populares quando o plebiscito proposto pelo relator Flávio Bierrenbach (PMDB) optou pela modalidade congressual, setenta mil mensagens da população (organizadas em uma campanha em escala nacional do Plenário Nacional Pró-Participação Popular na Constituinte), indo de

¹⁰ VERSIANI, Maria Helena. Constituinte de 1987/1988. In: Quadrat, Samantha Viz, ed. *Não foi tempo perdido: os anos 80 em debate*. Faperj, 2014. p. 369.

¹¹ VERSIANI, Maria Helena. Constituinte de 1987/1988. In: Quadrat, Samantha Viz, ed. *Não foi tempo perdido: os anos 80 em debate*. Faperj, 2014. p. 374.

acordo com o slogan criado pelo Clube de Criação de São Paulo, que dizia que “Constituinte sem povo não cria nada de novo”¹² e repudiando esta modalidade, foram entregues por Bierrenbach em uma mala para este conselho, mostrando a força da participação dos movimentos e do povo em si. A grande vitória viria dois anos depois quando, após o Plenário em 1986 apresentar a proposta, do que chamaram de “Plataforma Mínima”, estando nela sugerida a ferramenta de “Iniciativa Popular”, onde qualquer brasileiro poderia elaborar uma lei para o país, desde que tivesse apoio formalizado de 30 mil eleitores com lista organizada por, pelo menos, três associações. Em 1987, o pedido foi acatado e junto ficou provado que a mobilização política mudaria os rumos do país, que não apenas teria influência do povo na análise da constituição disponibilizada, mas já durante o processo de sua escrita, objetivando uma nova estratégia nas relações de poder, “... promovendo uma nova relação entre a sociedade e seus representantes e introduzindo regras de modo a permitir à sociedade a participação direta na feitura da nova Constituição.”¹³ Os esforços acumulados em um semestre entregaram ao Congresso Nacional 122 propostas de emendas parlamentares¹⁴ que contavam com, em torno de, 12 milhões de assinaturas¹⁵ - a participação popular já era realidade.

A ANC nesse contexto, não foi o “todo”, mas uma importante etapa de algo maior, em um momento de, nas palavras de Maria Helena Versiani, “participação política ampliada”, em que grupos sociais, entidades civis e novos movimentos caminharam juntos tendo o objetivo em comum de conquistar seu espaço e influência, não apenas definindo o funcionamento desta assembleia em específico, mas estampando no país a força e a necessidade da participação e da representação política em prol do funcionamento democrático do estado. A sociedade historicamente criou estruturas participativas fortes o suficiente para auxiliar expressivamente na reconstrução da democracia, alcançando pela primeira vez a experiência compartilhada de, mesmo que parcialmente, “escrever” sua própria constituição.

¹² MICHILES, Carlos et al. **Cidadão constituinte: a saga das emendas populares**, p.45.

¹³ VERSIANI, Maria Helena. Constituinte de 1987/1988. In: Quadrat, Samantha Viz, ed. *Não foi tempo perdido: os anos 80 em debate*. Faperj, 2014. p. 378.

¹⁴ Forma generalizada de chamar o instrumento da Iniciativa popular. VERSIANI, Maria Helena. Constituinte de 1987/1988. In: Quadrat, Samantha Viz, ed. *Não foi tempo perdido: os anos 80 em debate*. Faperj, 2014. p. 378.

¹⁵ COMISSÃO DE SISTEMATIZAÇÃO DA ASSEMBLÉIA NACIONAL CONSTITUINTE, 1987.

Neste item, realizamos uma narrativa sobre o contexto da transição política e da constituinte, observando um aumento das forças e da mobilização social, o que pode ter sido visto por muitos como indícios de "subversão". Para entender essa lógica, é preciso estudar o que foi o anticomunismo, e como a ditadura identificou o comunista com o subversivo.

Um panorama do anticomunismo no Brasil no século XX

Antes de analisarmos manifestações de atuação do movimento anticomunista no Brasil, é importante entendermos o que é este movimento e quem são os indivíduos que o compõe. Meu enfoque parte da conceituação do autor Rodrigo Patto de Sá Motta a respeito do movimento:

Anticomunistas seriam os indivíduos e grupos dedicados à luta contra o comunismo, pela palavra ou pela ação. A base de sua atuação estaria centrada, portanto, numa atitude de recusa militante ao projeto comunista. Ressalte-se, o comunismo entendido como a síntese marxista-leninista originadora do bolchevismo e do modelo soviético.¹⁶

Além disso, a problematização do conceito de “anticomunista” é importante para entendermos seus objetivos. Isso pelo fato de que a oposição de ideias, valores e projetos é natural no meio político, além de importante e estimulante na criação de estruturas políticas verdadeiramente democráticas. Afinal, o que se espera em regimes democráticos é a tolerância entre as oposições, com bandeiras contrárias discutindo de forma pacífica e “...com as disputas sendo travadas especialmente no terreno das ideias”¹⁷. No entanto, a visão dos movimentos “anti” (não apenas o anticomunista) é de um adversário intolerável e que deve ser anulado, sempre os relacionando com uma ameaça, inimigo público ou alguma outra figura pejorativa, tornando-o um subversor de todas as virtudes, humanas e divinas (que ao longo do século criaram o “imaginário anticomunista”). Em resumo, como o próprio Motta explica:

Ser anti significa combater o inimigo sem trégua, até a sua eliminação, que não precisa necessariamente ser física (embora em alguns casos se chegue a tal ponto), mas, sobretudo, política. Ser anti alguma coisa, portanto, implica adotar atitudes que vão além da simples oposição, com base em recusa integral, uma

¹⁶ MOTTA, Rodrigo Patto Sá. *Em guarda contra o perigo vermelho: o anticomunismo no Brasil, 1917-1964*. São Paulo: Editora Perspectiva, 2002. p. 4.

¹⁷ MOTTA, Rodrigo Patto Sá. *Em guarda contra o perigo vermelho: o anticomunismo no Brasil, 1917-1964*. São Paulo: Editora Perspectiva, 2002. p. 78.

repulsa que gera estímulos para destruir as ideias oponentes, às vezes também as pessoas que as professam.¹⁸

Podemos considerar que o anticomunismo no Brasil, assim como em outros governos capitalistas, se formou exatamente a partir da Revolução Russa de 1917, como resultado do medo de que o modelo bolchevista e suas medidas revolucionárias repercutissem entre o proletariado nacional. De acordo com Motta, a ação estatal foi apoiada por grupos da sociedade civil (empresários, intelectuais, religiosos etc) que, desde conceitos, quais ameaças representavam, até estratégias de combate, seguiam modelos internacionais com base na influência externa que países faziam no Brasil em cada período, desde França até os Estados Unidos.¹⁹

Mesmo com a fundação do Partido Comunista em 1922 e a possibilidade de revoluções desta natureza, até 1930 o Brasil encarava o comunismo como um problema distante, “mais deles do que nosso” (não inexistente visto que, se a propaganda anticomunista existia, alguma insegurança havia). Após o Golpe de Estado liderado por Getúlio Vargas em 1930, o olhar para o comunismo começou a mudar: a falta de credibilidade do sistema liberal que governava até então, as medidas intervencionistas do novo governo nos setores produtivos, a divulgação da proposta (apesar de negada) de reconhecimento diplomático da União das Repúblicas Socialistas Soviéticas (URSS) (rompido desde a ascensão bolchevista) e a defesa do comunismo por parte de intelectuais sugeriam para muitos um cenário onde esse modelo pudesse ser a solução para as reformas da qual o Brasil tanto ansiava.

Essa oposição anticomunista se tornava mais expressiva e, fosse em jornais, rádios ou livros, a “...denúncia da experiência soviética ainda predominava como tática anticomunista.”²⁰e aos poucos aquele problema que até então era apenas “deles” também se tornava “nosso”.

Como parte destes temores, tendo como uma de suas matrizes o anticomunismo, surge a Ação Integralista Brasileira (AIB). Em 1934, já com a nova constituição e o fim do Governo Provisório de Vargas, mundialmente se acentuava a disputa entre

¹⁸ BOHOSLAVSKY, Ernesto; MOTTA, Rodrigo Patto Sá; BOISARD, Stéphane. *Pensar as direitas na América Latina*. Alameda Casa Editorial, 2021. p. 78.

¹⁹ MOTTA, Rodrigo Patto Sá. *Em guarda contra o perigo vermelho: o anticomunismo no Brasil, 1917-1964*. São Paulo: Editora Perspectiva, 2002. p. 17.

²⁰ MOTTA, Rodrigo Patto Sá. *Em guarda contra o perigo vermelho: o anticomunismo no Brasil, 1917-1964*. São Paulo: Editora Perspectiva, 2002. p. 27.

comunistas e fascistas e, no Brasil, as greves que se instauravam entre as classes trabalhadoras já eram atribuídas a “ameaça comunista” que, através de ações do Partido Comunista do Brasil (PCB), já se identificavam também como antifascistas²¹. A disputa de ideias nesta altura evoluiu para violência corporal, que resultou em feridos e mortos em ambos movimentos nos meses finais do ano em questão. Surge a necessidade da intervenção do governo para frear a ação dos dois grupos “extremistas” (principalmente os comunistas) através da Lei de Segurança Nacional (LSN), com aplicação de medidas mais rigorosas contra a ordem política e social. Essa se mostra cada vez mais útil, principalmente a partir de 1935 com a fundação da Ação Nacional Libertadora (ANL), que dentre suas bandeiras contemplava o antifascismo, com atuação forte, mesmo que muitas vezes indireta e sorrateira, do Partido Comunista.

A breve mas intensa atuação da ANL foi sendo cada vez mais diretamente ligada ao movimento comunista e suas ações revolucionárias, muitas vezes através de margens deixadas pelos próprios integrantes²², até o estopim ocorrido em meados de 1935 quando um discurso de Luiz Carlos Prestes (que, como próprio Motta relaciona “Usando expressões fortes e imagens superlativas, [...] praticamente propõe a derrubada do governo”²³) é proferido na sede da aliança. Decorrente, dentre outros motivos, dos temores do movimento ser fachada dos comunistas, a LSN é acionada pelo governo e a ANL é formalmente declarada ilegal - naturalmente, causando certo alívio nos setores e mídias conservadoras, que viam no rápido crescimento do movimento, mesmo não propondo diretamente uma solução comunista, uma ameaça para mobilização de setores pouco envolvidos politicamente e até mesmo de setores pouco prováveis, como parte das Forças Armadas²⁴.

Em novembro de 1935, esses setores militares aproximados com a esquerda (por diversos motivos, entre eles, a influência de Prestes, a busca por aumentos salariais e a tradição tenentista) promoveram em três locais do país os frustrados levantes revolucionários liderados por Luiz Carlos Prestes, membro da Internacional Comunista e do PCB, que transformaram Natal, Recife e o Rio de Janeiro (entre outras cidades do interior) em ambientes de guerra, com distribuição de armamentos para civis,

²¹ MOTTA, Rodrigo Patto Sá. *Em guarda contra o perigo vermelho: o anticomunismo no Brasil, 1917-1964*. São Paulo: Editora Perspectiva, 2002. p. 225.

²² MOTTA, Rodrigo Patto Sá. *Em guarda contra o perigo vermelho: o anticomunismo no Brasil, 1917-1964*. São Paulo: Editora Perspectiva, 2002. p. 227.

²³Idem.

²⁴Idem.

bombardeiros e quartéis em chamas. Apesar dos militantes do PCB não representarem a totalidade dos envolvidos e o programa dos rebeldes se declarar apenas “aliancista” “...não pode ser considerado inapropriado qualificar a “Revolução de 1935” como comunista.”²⁵, visto que o envolvimento tornou-se claro, da estratégia à execução. Nesta situação, a sucessão dos fatos que compõe a “Intentona Comunista” deixa explícito que a ameaça era real e, de fato, houve uma investida para tomada de poder por parte dos comunistas - como Motta elucida, “a tentativa revolucionária de 1935 significou uma ameaça à ordem mais séria do que geralmente se supõe”²⁶.

A reação anticomunista após o levante foi proporcional ao medo que o governo e setores da sociedade sentiram, resultando no início do “regime de exceção” do governo, entrando em estado de guerra e possibilitando poderes excepcionais ao Presidente. Tendo sido ou não uma surpresa desagradável (ou planejada, conforme alguns teóricos²⁷), o governo Vargas nos anos seguintes se aproveitou da situação, pois o prestígio e o apoio que o presidente ganhou por ter derrotado os comunistas foi decisivo para o sucesso nas campanhas e propagandas anticomunistas que, 2 anos mais tarde, justificaram a implantação de uma ditadura no Brasil.

Neste momento, até mesmo antigas rivalidades políticas entraram em uma trégua para que, juntos, fossem mais eficientes na luta contra os inimigos comunistas. Apoiado pela força da imprensa, que ajudou de forma decisiva a criar a imagem “subversiva” do comunista, o movimento anticomunista se fortalece até que, em janeiro de 1936, é criada a Comissão Nacional de Repressão ao Comunismo (CNRC), que tinha como objetivo “...fazer investigações sumárias sobre os envolvidos em atividades de subversão à ordem, auxiliando o Executivo a localizar os elementos perigosos”²⁸ e que, apesar de efêmera, é ilustrativa do pânico causado pelo comunismo em certos setores. Apesar da ameaça ter sido real, podemos considerar que houve uma manipulação na narrativa dos fatos e na criação da representação do comunista, formando uma “...imagem deformada dos revolucionários, apresentados como seres violentos e

²⁵ MOTTA, Rodrigo Patto Sá. *Em guarda contra o perigo vermelho: o anticomunismo no Brasil, 1917-1964*. São Paulo: Editora Perspectiva, 2002. p. 236.

²⁶ MOTTA, Rodrigo Patto Sá. *Em guarda contra o perigo vermelho: o anticomunismo no Brasil, 1917-1964*. São Paulo: Editora Perspectiva, 2002. p. 238.

²⁷ MOTTA, Rodrigo Patto Sá. *Em guarda contra o perigo vermelho: o anticomunismo no Brasil, 1917-1964*. São Paulo: Editora Perspectiva, 2002. p. 244.

²⁸ MOTTA, Rodrigo Patto Sá. *Em guarda contra o perigo vermelho: o anticomunismo no Brasil, 1917-1964*. São Paulo: Editora Perspectiva, 2002. p. 256.

imorais, em uma palavra, malignos”²⁹, como explica Motta. No fim de 1936, o clima volta a se normalizar: a campanha intensa contra os comunistas atinge seus objetivos, os setores populares já tinham relacionado o comunismo à subversão, o medo de novas tentativas de tomada ao poder já havia passado (aparente e parcialmente) e o regime de exceção se encerrara.

Já não se falava mais tanto em comunismo, anticomunismo e suas intercorrências. Porém, no início de 1937, tanto o Ministério da Justiça quanto o Superior Tribunal Militar inicia uma ação de libertação de presos políticos comunistas em massa³⁰: bastou isso para que uma nova onda anticomunista radical reagisse, novamente, de forma exagerada e manipuladora. O medo de que um plano maligno dos comunistas fosse colocado em prática a qualquer momento voltou a assombrar o imaginário popular e, por esta razão, não foi surpresa quando da divulgação dos documentos falsificados pelos militares com detalhes sobre a ação golpista que os inimigos vermelhos estavam prestes a iniciar. O Plano Cohen, como ficou conhecido, pode ter sido forjado, mas foi o suficiente para que o Congresso Nacional acreditasse na falsa ameaça comunista e aprovasse o estado de guerra no país - e junto dele, a retomada da onda reacionária anticomunista, seguida da “intensificação da repressão, da censura e da propaganda”³¹. Bastaram rápidos ajustes em obstáculos estaduais e então, em 10 de novembro de 1937, se encerram as atividades do Congresso e uma nova constituição é promulgada - eram as boas vindas ao “Estado Novo”. Assim, o Brasil passava a viver uma ditadura e, dentre os que a fizeram acontecer, estavam, principalmente, os entusiastas anticomunistas. Contornar a suposta ameaça comunista não era a intenção única com aumento nas fontes de poder disponibilizadas para o governo, mas sim que eles tornassem-se a única.

Podemos afirmar que a propaganda anticomunista foi mais atuante nas vésperas do golpe *varguista* do que durante a ditadura³². Nos meses seguintes, os ânimos se acalmaram e grande parte dos temerosos já se sentiam mais seguros no governo golpista

²⁹ MOTTA, Rodrigo Patto Sá. *Em guarda contra o perigo vermelho: o anticomunismo no Brasil, 1917-1964*. São Paulo: Editora Perspectiva, 2002. p. 339.

³⁰ MOTTA, Rodrigo Patto Sá. *Em guarda contra o perigo vermelho: o anticomunismo no Brasil, 1917-1964*. São Paulo: Editora Perspectiva, 2002. p. 268.

³¹ MOTTA, Rodrigo Patto Sá. *Em guarda contra o perigo vermelho: o anticomunismo no Brasil, 1917-1964*. São Paulo: Editora Perspectiva, 2002. p. 280.

³² MOTTA, Rodrigo Patto Sá. *Em guarda contra o perigo vermelho: o anticomunismo no Brasil, 1917-1964*. São Paulo: Editora Perspectiva, 2002. p. 285.

- além disso, o imaginário comunista terminou de ser consolidado, sendo o inimigo vermelho também da pátria e ofensor de todos os valores, características estas que mesmo quase 30 anos depois, na conjuntura dos anos 1960, seguiram compondo este imaginário, que perdura até os dias de hoje. Como Rodrigo Motta explica “A estratégia era a mesma há décadas: passar para a sociedade uma impressão aterrorizante dos comunistas, no intuito de levantar contra eles a indignação popular.”, ou seja, primeiro se cria a imagem do mal e depois, naturalmente, se despertam os “... sentimentos de medo e paranóia na sociedade, o que poderia levar a uma disposição à violência como recurso legítimo.”³³

Além disso, em 1946 a Assembleia Nacional Constituinte também foi um momento importante para elucidar o protagonismo do anticomunismo no país. Entre outros temas relevantes, esta ANC pretendia debater sobre o julgamento da ação dos comunistas, principalmente no contexto do decreto assinado por Getúlio Vargas em 1945 visando a liberação destes mesmos, incluindo Luiz Carlos Prestes. Como explica Mayara Paiva de Souza: “O inconformismo da oposição com a herança varguista transformou a Assembleia Nacional Constituinte em palco para uma disputa de memória em dois planos: a disputa entre as elites políticas e o veto aos comunistas”³⁴.

Na década de 1960, o anticomunismo volta a ter papel significativo no cenário político. A Revolução Cubana em 1959, e o direcionamento do governo de Cuba para o socialismo, trouxe a ameaça soviética para território americano e virou o principal alvo dos Estados Unidos, que incessantemente tentava conter o modelo bolchevique em seu continente.

Em solo nacional, o reflexo de Cuba fortalecia a esquerda: organizações operárias e camponesas, sindicatos e movimentos estudantis ocupavam o território em busca de transformações sociais - aqui iniciava o novo desafio dos anticomunistas. Em 1961, o breve governo de Jânio Quadros iniciou uma política externa de alinhamento com os países socialistas e os não-alinhados aos EUA. Todavia, o mesmo chega ao fim de forma abrupta com a renúncia do presidente, aumentando o receio do movimento anticomunista, que via em seu vice, João Goulart, uma ameaça da esquerda,

³³ BAUER, Caroline Silveira. "Um estudo comparativo das práticas de desaparecimento nas ditaduras civil-militares argentina e brasileira e a elaboração de políticas de memória em ambos os países." (2011). p. 68.

³⁴ SOUZA, Mayara Paiva de. "O que não devia ser esquecido: a anistia e os usos do passado na Constituinte de 1946." Tese de Doutorado - Universidade Federal de Goiás 2011. pag; 9.

historicamente apoiado pelos comunistas³⁵. Já em novembro, se anuncia o reatamento de relações diplomáticas com a URSS e, no início de 1962, o posicionamento a favor da permanência de Cuba na Organização dos Estados Americanos. Essas atitudes foram muito mais do que seria necessário para que a atenção dos anticomunistas se voltasse totalmente contra o governo.

Deste ponto até o golpe em 1964, se estrutura uma grande quantidade de entidades denominadamente anticomunistas (muitas vezes se escondendo através do nome de “democratas”, como forma de alinhamento com os valores estadunidenses) que, apesar de suas diferenças e influências, juntas com a imprensa “...contribuíram na formação do ambiente de radicalização e polarização ideológica”³⁶. Apesar de representar uma continuidade dos movimentos de mesma natureza de 1917 e principalmente os de 1937, era possível notar que os argumentos, apesar de contemplarem as denúncias à violência soviética, a imagem do mal e prática imoral, agora também traziam a tona a fragilidade do sistema econômico comunista³⁷.

Nos momentos seguintes, o governo enfrentou o aumento grave da inflação, o fracasso do Plano Trienal, a indisposição da própria esquerda para com o governo, ondas grevistas e sindicais e o levante dos sargentos. Cada dia mais o governo era acusado de permitir a atividade comunista em diferentes áreas, desde o ensino até ministérios, forças armadas e empresas estatais. Em outubro de 1963, o presidente chegou a solicitar ao congresso (e rapidamente retirar o pedido) permissão para decreto de estado de Sítio, que de nada agregou a não ser em trazer desconfianças para ambos os lados do que seria feito logo em seguida.

Não demorou muito para que a falta de credibilidade do governo e o receio das partes levasse à aproximação entre grupos centristas e moderados com os conservadores, anticomunistas e direitistas mais radicais e, aos poucos, ir constituindo uma espécie de frente contra o avanço “comunista” no governo, consolidada na virada do ano para 1964 quando uma decisão é tomada: o presidente, que até então trabalhava em sua “política pendular” (tentando manter apaziguado o clima com ambas oposições)

³⁵ MOTTA, Rodrigo Patto Sá. *Em guarda contra o perigo vermelho: o anticomunismo no Brasil, 1917-1964*. São Paulo: Editora Perspectiva, 2002. p. 289.

³⁶ MOTTA, Rodrigo Patto Sá. *Em guarda contra o perigo vermelho: o anticomunismo no Brasil, 1917-1964*. São Paulo: Editora Perspectiva, 2002. p. 294.

³⁷ MOTTA, Rodrigo Patto Sá. *Em guarda contra o perigo vermelho: o anticomunismo no Brasil, 1917-1964*. São Paulo: Editora Perspectiva, 2002. p. 301

parece ter escolhido uma reaproximação mais direta com a esquerda - o que era exatamente o medo do movimento anticomunista, que admitia a pouca força política do Partido Comunista para uma tentativa de golpe sozinho, mas que também via em Jango um mediador para esta possibilidade. Ironicamente, não foram as propostas de reformas “esquerdistas” de Jango que causaram o fortalecimento da oposição que o tomou o poder, mas os seus próprios indícios de aliança com os comunistas e uma suposta postura golpista.³⁸

Vários outros fatos compõem a cronologia da crise nos meses seguintes, até que, como elucida Motta, baseados na “convicção de que os comunistas teriam enredado o presidente Goulart em alguma espécie de plano revolucionário”³⁹ os oficiais em sua maioria aderem à ideia do golpe. No dia 2 de abril de 1964, o presidente parte para o exílio no Uruguai, após a declaração de vacância pelo Congresso Nacional, em uma atitude inconstitucional. Como discorre Odilon Pereira Neto sobre o fato, “...uma ação concreta era articulada com outros grupos golpistas, tendo um elemento de unidade: o anticomunismo. Era o fim da democracia brasileira...”.⁴⁰ Conforme comparado por Caroline Silveira Bauer, “...o inimigo foi visto como um “câncer” que precisava ser “cirurgicamente extraído e destruído”, a fim de “restaurar a saúde da coletividade.”⁴¹ Nesse momento, os militares conseguem minimizar, enfim, a ameaça da “exposição” aos que ainda não estavam “doentes”. Essa mesma lógica é usada durante a maior parte do regime militar golpista, se utilizando da desculpa do inimigo comunista para justificar ações autoritárias em nome da ordem.

Ironicamente, já no início do da ditadura, o Brasil e a União Soviética reafirmaram um tratado de comércio feito no governo Jango, além de estabelecer um novo tratado em 1966⁴². A partir de 1969, já no governo Emílio Médici, quando a economia brasileira volta a crescer, o que ficou conhecido como “milagre econômico”, é despertado o interesse da URSS, que aumenta a demanda comercial com o Brasil e,

³⁸ MOTTA, Rodrigo Patto Sá. *Em guarda contra o perigo vermelho: o anticomunismo no Brasil, 1917-1964*. São Paulo: Editora Perspectiva, 2002. p. 337

³⁹ MOTTA, Rodrigo Patto Sá. *Em guarda contra o perigo vermelho: o anticomunismo no Brasil, 1917-1964*. São Paulo: Editora Perspectiva, 2002. p. 331.

⁴⁰ GONÇALVES, Leandro Pereira, and Odilon Caldeira Neto. *O fascismo em camisas verdes: do integralismo ao neointegralismo*. Editora FGV, 2020. p. 106.

⁴¹ BAUER, Caroline Silveira. "Um estudo comparativo das práticas de desaparecimento nas ditaduras civil-militares argentina e brasileira e a elaboração de políticas de memória em ambos os países." (2011). p. 66

⁴² MILLER, Nicola. *Soviet relations with Latin America*, p. 173.

inclusive, passa a ver como legítima a atuação dos militares dos governos⁴³. Com a crise do petróleo e a conseqüente freada na crescente econômica brasileira, iniciou-se um cenário de busca por parcerias internacionais para assumir contratos de risco a fim de impulsionar a tecnologia na exploração do petróleo⁴⁴. O consulado soviético do Rio de Janeiro mostrou-se adepto, julgando ser mais experiente nesse tipo de “produção de *offshore*”, por conta do trabalho desta natureza que havia sido feito no Mar Cáspio. Conforme discorrido por Philipp Gerhard, abaixo segue um pouco dos resultados desta parceria:

Na construção de barragens se usava a perícia soviética: para a represa de Foz do Arreia se adaptou *know-how* soviético que foi adquirido durante as construções das barragens de Nurek e Bratsk.²⁷ A URSS forneceu “quatro turbinas de 160mil KW, geradores e demais equipamentos, que serão instalados por engenheiros soviéticos” para a usina hidrelétrica de Capivari. [...] Na mesma matéria, os soviéticos divulgaram que a usina hidrelétrica de Itaipu, naquela época a maior de seu tipo, também seria equipada com turbinas da fabricação soviética ⁴⁵.

Independentemente dos resultados que poderiam ter sido e foram gerados desta relação, a retomada de contato comercial com os “subversivos” soviéticos não parece ter sido um problema para a imprensa e os setores conservadores em geral, nem para o governo. Um regime ditatorial responsável por, além de combater, torturar e exterminar sua oposição, parece ter recebido de bom grado o apoio, justamente, do berço dos seus inimigos mais ameaçadores. Como Gerhard relaciona, fica clara a questão de um certo “oportunismo ideológico”⁴⁶ - e, naturalmente, reforça nossa tese sobre a manipulação na construção da representação dos comunistas que, quando conveniente, poderiam ser parceiros, inclusive, comerciais, mas internamente eram apenas os covardes traidores da pátria.

Apesar de sua influência comercial, sempre que os Estados Unidos não conseguia atender as necessidades do Brasil, novas parcerias eram buscadas no campo internacional, muitas vezes chegando até a União Soviética - assim surgindo, como

⁴³ GERHARD, Philipp RL. "Oportunismo ideológico? As relações econômicas entre a União Soviética e a ditadura militar." Revista Espaço Acadêmico 175 (2015), p. 42

⁴⁴ Idem.

⁴⁵ GERHARD, Philipp RL. "Oportunismo ideológico? As relações econômicas entre a União Soviética e a ditadura militar." Revista Espaço Acadêmico 175 (2015), p. 43.

⁴⁶ GERHARD, Philipp RL. "Oportunismo ideológico? As relações econômicas entre a União Soviética e a ditadura militar." Revista Espaço Acadêmico 175 (2015), p. 45.

nomeia Gerhard, uma “notável continuidade” em suas relações econômico-tecnológicas desde o segundo governo Vargas.⁴⁷

Neste trecho, analisamos um breve relato de como foi a atuação do anticomunismo ao longo do século e como a imagem do subversivo foi enraizada no imaginário do brasileiro, além de observar também a controversa retomada das relações comerciais entre o Brasil e a URSS. Poderemos agora adentrar aos anos 1980 entendendo o contexto tanto da ANC quanto do movimento anticomunista, para que possam ser analisadas manifestações desta natureza em meio as reformas econômicas, sociais e políticas da União Soviética e a forma com que se inseriam em narrativas do parlamento nacional.

Espectadores do processo: o momento da Constituinte

Seguindo a mesma estratégia anterior, nos anos 1980 a “denúncia” da experiência soviética seguiu sendo uma das táticas mais utilizadas pelos anticomunistas. Se, até então, conforme explica Motta, era feita uma “...caracterização do comunismo soviético como uma experiência perversa”⁴⁸, deste ponto em diante, os comentários passam a agregar outro tom, invertendo a lógica do seu uso - a *glasnot* e a *perestroika*, reformas soviéticas que permitiram uma abertura política e econômica, mudaram não apenas a referência internacional do socialismo, mas a forma com que as oposições olhavam para a URSS.

Não cabe neste ensaio discorrer sobre o cenário soviético, o detalhamento destas mudanças e nem sobre a forma com que o Primeiro-Ministro Mikhail Gorbachev justificou suas medidas nos textos clássicos socialistas, pois o que nos irá interessar é o fato e a forma com que elas são trazidas para o debate político brasileiro. No entanto, para que as próprias análises a seguir sejam mais claras, entender brevemente estas reformas se faz necessário: estas reformas promovidas pelo governo soviético representaram o desmonte do chamado socialismo real, caracterizado em linhas gerais por um sistema de partido único, com um governo centralizador com forte controle não apenas na política, mas na economia e na cultura. A *perestroika*, conforme elucidado por Octavio Ianni, “pôs em prática mudanças profundas na estrutura do sistema

⁴⁷ Idem.

⁴⁸ MOTTA, Rodrigo Patto Sá. *Em guarda contra o perigo vermelho: o anticomunismo no Brasil, 1917-1964*. São Paulo: Editora Perspectiva, 2002. p. 21

econômico soviético, com a substituição dos mecanismos de economia centralmente planejada pelos mecanismos de economia de mercado.”⁴⁹ É importante destacar que a Perestroika enquanto reforma não objetivava, necessariamente, a rendição ao bloco capitalista, mas sim a tentativa de recuperação soviética. Já a Glasnost, palavra russa vinculada à ideia de transparência, estaria no sentido do atenuamento do poder e da presença de um estado forte, limitador de liberdades. Logo, paralelamente às mudanças promovidas pela Perestroika, estaria a tentativa de uma maior abertura para uma liberdade de expressão da sociedade. Assim, como aponta Ianni, a Glasnost teria inaugurado a democratização, e dessa forma a quebra do monopólio da vida política nacional pelo Partido Comunista e o abandono do esquema Estado-partido-sindicato, promovendo uma maior transparência nas relações políticas.

O “berço” do socialismo abrindo mão de princípios muito rigorosos do modelo bolchevista foi um prato cheio para os anticomunistas, que viam o inimigo sucumbindo ao seu próprio “sistema insustentável”. Procura-se neste tópico analisar como a *Perestroika* e a *Glasnot* foram mobilizadas por parlamentares em seus discursos na ANC e como se tornaram um forte argumento anticomunista em um momento oportuno.

O próprio constituinte Álvaro Valle (PL) na sessão nº 158 da ANC explica que:

Em resumo, a *perestroika* é uma brilhante solução para problemas concretos soviéticos. Concebida no estilo da casa, com muita teoria, muitas citações e muita propaganda. Mas essa constatação não lhe diminui o significado. Pouco importa que Gorbachev tenha falseado a História e sofismado com a tranquilidade dos ditadores quando precisam dar explicações. Para nós, que não somos soviéticos, mas espectadores do processo, o que interessa é que ela reforma o pensamento socialista. É a tentativa de resposta aos ventos liberais que sopram em todo o Mundo.⁵⁰

É importante reforçar que, esperava-se com estas manifestações agregar no desenho da nova constituição brasileira e, intencionalmente, cada uma delas seria usada a favor de suas ideias para o Brasil. No caso de Valle, fundador do Partido Liberal (PL), existiu um certo realismo ao admitir que não havia necessidade de pensar a situação como um soviético, apenas de convencer que o modelo atual não funcionava mais e que as propostas da *perestroika* tinham algum fundo liberal, mesmo que apoiado sob dogmas socialistas. Trazer isso durante a ANC era uma forma de desacreditar as

⁴⁹ IANNI, Octavio. **A Sociedade Global**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1995

⁵⁰ ASSEMBLEIA NACIONAL CONSTITUINTE. Brasília. Ata nº 158, 11 de dezembro de 1987. p. 6123.

ideias provenientes dos campos progressistas, partindo ou não de partidários do comunismo ou socialismo para a nova constituição. Afinal, a pátria mãe socialista já tinha cedido, quem eram seus representantes locais para manterem-se de pé?

Na sessão nº 206 da ANC, o constituinte Amaral Netto (PDS) afirma:

Sinto-me hoje, Sr. Presidente, de alma lavada, porque em meio a tantos Parlamentares de valor, Deputados e Senadores, Roberto Cardoso Alves e eu fomos escolhidos praticamente como representantes do anticomunismo brasileiro, o que é uma honra para mim. Vanglorio-me disso, e a bancada do PDS também, porque somos anticomunistas, como somos antifascistas. Hoje apoiamos o comunismo de Gorbachev, aquele mesmo que o querido amigo Haroldo Lima considera traidor e covarde.⁵¹

Mesmo que, ironicamente, na mesma frase o deputado se considere anticomunista e diga apoiar o comunismo de Gorbachev, podemos entender que agora o modelo soviético está deixando de ser uma ameaça, torna-se ameno, longínquo de sua essência. O novo modelo não apenas deixa de ser atacado por alguém que se julga anticomunista, como chega a ser elogiado e apoiado.

Talvez a lógica do provérbio “o inimigo do meu inimigo é meu amigo” ajude a explicar essa aderência visto que os representantes do socialismo brasileiro expressaram na ANC seu sentimento de traição perante as escolhas de Gorbachev: por exemplo, o constituinte Haroldo Lima, do Partido Comunista do Brasil (PCdoB), na sessão nº 161 relata que a “*Perestroika* é a política da traição mais desavergonhada ao socialismo e que o Sr. Gorbachev é, na atualidade, o maior renegado e traidor dos comunistas, o serviçal mais rabugento da burguesia internacional.”⁵²

Comparando com o período pré-reformista soviético, podemos notar quase uma inversão de papéis dentro da ANC: as lideranças soviéticas passam a ser citadas como inimigas pelos socialistas no Brasil e passam a agregar nos discursos anticomunistas, como uma espécie de exemplo de redenção, de quem admitiu as fragilidades e aceita que precisará mudar. Haroldo Lima chega a equiparar ao anticomunismo o desserviço que Gorbachev estava fazendo ao seu movimento, afirmando que:

...a corrente socialista no mundo de hoje está em crise, está sendo agredida, golpeada, prejudicada, sabotada, em particular, pelo grande avanço do anticomunismo e do

⁵¹ ASSEMBLEIA NACIONAL CONSTITUINTE. Brasília. Ata nº 183, 12 de fevereiro de 1988. p. 7282.

⁵² ASSEMBLEIA NACIONAL CONSTITUINTE. Brasília. Ata nº 161, 18 de dezembro de 1987. p. 6228.

revisonismo que hoje tem na sua cabeça o Primeiro-Ministro da União Soviética, Gorbachev.⁵³

Ao passo que Joaci Góes (PMDB) exalta o papel do soviético elucidando que “...a *Perestroika* de Mikhail Gorbachev renova as já quase perdidas esperanças de que a vida humana, na volta do século e do milênio, pode mudar para melhor.”⁵⁴ e ainda afirma que o “...líder socialista se expressa numa linha de exemplar franqueza, raramente encontrada em pronunciamentos do gênero.”⁵⁵ E Góes, após esses elogios, traz o exemplo para a realidade brasileira:

O momento grave que vivemos no Brasil, fruto da ambição ilegítima e da irresponsabilidade dê uns, do radicalismo exacerbado e do despreparo de outros e da omissão de muitos, recomenda uma reflexão profunda e desapaixonada sobre as propostas defendidas por um chefe de estado cujas decisões, queiramos ou não, afetam a vida de todos. Aos que receberam do povo brasileiro a incumbência histórica de redigir uma nova Constituição para o País, a leitura da monumental obra do estadista soviético é tarefa a ser cumprida com urgência.⁵⁶

Esta lógica pode nos fazer refletir se as reformas soviéticas seguiriam sendo vistas com bons olhos pelos anticomunistas brasileiros caso sua repercussão tivesse sido positiva entre os socialistas. De qualquer forma, não se pode negar que as medidas revisionistas fizeram muito mais sentido quando olhadas por olhos liberais do que anteriormente.

A ideia de que o modelo socialista fosse ineficaz agora tinha um argumento de grande peso pautado nos revisionismos do líder soviético e, dentre os novos ideais promulgados, um deles era de que “...não há nenhum socialismo nos dias de hoje, nem pode haver, sem democracia.”⁵⁷ e, citando e se utilizando deste trecho, novamente Valle elucidada que Gorbachev:

Querendo ou não, reconheceu que a ditadura do proletariado não é mais o caminho para a sociedade perfeita. Se os socialistas ainda sonham com ela, a ditadura

⁵³ ASSEMBLEIA NACIONAL CONSTITUINTE. Brasília. Ata nº 241, 11 de maio de 1988. p. 10282.

⁵⁴ ASSEMBLEIA NACIONAL CONSTITUINTE. Brasília. Ata nº 183, 12 de fevereiro de 1988. p. 7284.

⁵⁵ ASSEMBLEIA NACIONAL CONSTITUINTE. Brasília. Ata nº 183, 12 de fevereiro de 1988. p. 7282.

⁵⁶ Idem.

⁵⁷ GORBACHEV, Mikhail Sergeevich. *Perestroika: novas ideias para o meu país eo mundo*. São Paulo: Edit. Best Seller, 1987.

provou-se um obstáculo. Vão ter de arranjar um novo Marx que encontre atalhos. O antigo, que estava morto, foi enterrado.⁵⁸

Rodrigo Motta divide as matrizes (principais frentes opositoras) do anticomunismo no Brasil em três, sendo uma delas o liberalismo. Essa recusa total liberal parte da percepção de que o comunismo praticava autoritarismo político e atentava contra a propriedade privada, como cita o autor, “na medida em que desapossava os particulares de seus bens e os estatizava”⁵⁹. Agora que Gorbachev adotara o discurso de que o socialismo deveria ser democrático e de “que as pessoas sejam os verdadeiros donos da produção, e não apenas o dono do papel.” e que “os que aumentarem suas habilidades serão materialmente incentivados”, os movimentos liberais brasileiros talvez considerem que já não existe mais um inimigo soviético intolérável, sem oportunidade de diálogo.

Como Motta explica sobre o discurso anticomunista, “...é freqüente a associação (e a confusão) entre os dois elementos - proposta liberal e o conceito de democracia - apresentando-se os Estados comunistas como antítese da liberdade e da democracia.”⁶⁰ Isso, inclusive, dificultava os argumentos contra o “inferno soviético” de Stalin, levando em consideração a realidade brasileira após os golpes. Afinal, na teoria, o movimento liberal e liberal-democrático deveria levar a cidadania ativa para toda a população e defender a liberdade, mas na prática incorporou e apoiou os mesmos discursos que justificaram as duas ditaduras brasileiras. Em um movimento contraditório, nada estava sendo feito pela liberdade quando os liberais se juntaram a outras frente anticomunistas em 1937 e 1964.⁶¹ Ou como Motta simplifica, “a fragilidade do anticomunismo liberal está diretamente relacionada à tradição autoritária brasileira e à dinâmica política da história republicana”. No entanto, no contexto da ANC, onde não se atentou contra o poder, talvez pela primeira vez começasse a surgir coerência no discurso “democrata” dos liberais anticomunistas, agora engrandecidos pelo revisionismo da *perestroika* e, em um momento constituinte, tentando sugerir seu melhor desenho para a democracia brasileira.

⁵⁸ ASSEMBLEIA NACIONAL CONSTITUINTE. Brasília. Ata nº 158, 11 de dezembro de 1987. p. 6123

⁵⁹ MOTTA, Rodrigo Patto Sá. *Em guarda contra o perigo vermelho: o anticomunismo no Brasil, 1917-1964*. São Paulo: Editora Perspectiva, 2002. p. 60.

⁶⁰ Idem.

⁶¹ Idem.

O comunismo de Gorbachev deixa de ser um ofensor - como Haroldo Lima lamenta “não se situa do ponto de vista do marxismo, não raciocina com os critérios Leninistas” - mas os movimentos socialistas nacionais seguem sendo: é difícil precisar se essas manifestações tentavam atingir os colegas socialistas ou apenas os demais para enfraquecer o PCdoB, PCB ou outros partidos com viés socialista, mas seria muita confiança achar que parlamentares posicionados contra Gorbachev fossem cativados pelos discursos. Pelo menos nestes, o Partido Liberal parecia torcer por uma aderência nas ideias de Gorbachev por parte dos socialistas:

Estes, Sr. Presidente. são os votos do Partido Liberal, E os formulamos, também com a esperança de que o espírito da *perestroika* permita, em nosso País, um diálogo mais amplo com os companheiros socialistas, afinal, nossos irmãos nos ideais de uma sociedade mais justa. Era o que tinha a dizer.⁶²

É impreciso dizer se existia um tom de ironia nestas manifestações, mas as reformas soviéticas com certeza vieram a calhar na ANC para incorporar a certos discursos. Além disso, vale lembrar que grande parte dessas falas foram elaboradas já com o intuito de “ficar na história”, levando em conta o contexto da ANC e o fato de que iria ser registrada, possibilitando usos como os que se estão dando neste trabalho. Com isso, talvez se explique um pouco do excesso de educação entre as oposições em certas manifestações.

A exposição de experiências negativas sobre o que se procura combater, em qualquer situação, é um argumento de forte representatividade e com certeza foi mais um contratempo para o Partido Comunista. As próprias manifestações comunistas sobre as reformas já nos dizem muito sobre como a repercussão no Brasil foi uma espécie de ruptura e, evidentemente, também foi notada por parte dos parlamentares na época. Roberto Jefferson (PTB) também foi responsável por trazer a tona essas questões:

Não sei se esse ataque frontal ao Sr. Mikhail Gorbachev, Secretário-Geral do Partido Comunista da União Soviética, tem o objetivo de ferir aquele que estabelece hoje uma nova visão do socialismo mundial, ou se há uma corrente doutrinária divergente. Só se o Líder do PC do B aposta apenas no socialismo da Albânia, que é um país pequenininho, sem nenhuma expressão no contexto mundial, atrasado, sem nenhum avanço tecnológico, atravessando uma das mais graves crises da sua história.⁶³

⁶² ASSEMBLEIA NACIONAL CONSTITUINTE. Brasília. Ata nº 158, 11 de dezembro de 1987. p. 6123.

⁶³ ASSEMBLEIA NACIONAL CONSTITUINTE. Brasília. Ata nº 161, 18 de dezembro de 1987. p. 6245.

É possível observar que o local de denúncia negativa altera da União Soviética - que até então era um exemplo de “inferno” mas agora é de transformação em andamento - para a Albânia, que tem menos expressão política e é considerada por eles como “atrasada”. Se o PCdoB não era a favor do revisionismo de Gorbachev e, com isso, não tinha mais a Rússia como exemplo, indagava-se então qual nação iriam tratar como modelo. O parlamentar segue sua lógica:

Essa política de *glasnot* está no livro que estamos lendo, e a *perestrolka* vem do início da década de 80, da conscientização de todo o trabalhador soviético quanto à necessidade de alargar suas fronteiras, porque seu País estava ficando atrasado nos campos da saúde, da informática, da educação, da pesquisa, e no próprio atendimento às necessidades da classe média, hoje formada pelos trabalhadores soviéticos.⁶⁴

No excerto, as reformas são tratadas como um curso natural do socialismo: após suas tentativas, os órgãos de Estado mais importantes passam a ficar deficitários até que se busca uma saída não socialista para colocar a nação novamente nos trilhos. Vale observar a ênfase de Jefferson ao trazer a reforma não como uma decisão de Estado e nem de alguns, mas de todos os trabalhadores soviéticos, atribuindo-as um caráter não de ordem, mas de resposta aos problemas nacionais em prol do povo. Se ficasse convencido de que existia um fim natural ou provável, que fosse negativo, para tentativas marxistas, talvez também ficasse convencido de que seria melhor não se dar ao trabalho de tentar.

Alguns se utilizaram do contexto para abordagens mais diretas. Amaral Netto (PDS), por exemplo, faz a comparação entre o ultrapassado e o inovador:

Respeito a Esquerda e só não gosto que ela me desrespeite, e aí diria o seguinte: eu sou hoje mais adiantado do que a Esquerda, sou mais progressista do que a Esquerda e este grupo está muito na frente da Esquerda, porque nós estamos com a China de Deng Xiaoping e com a Rússia de Gorbachev; estamos com a China e a Rússia, contra a Albânia, contra a Nicarágua e contra Cuba. Enquanto a Esquerda está com Cuba, Nicarágua e Albânia, nós estamos com a China e a Rússia.⁶⁵

Dividindo as referências do socialismo mundial entre as que estão indo para o rumo certo e as que estão indo para o rumo errado, o constituinte se considera “mais a frente” do que a esquerda por estar alinhado com o movimento soviético. Tal foi a

⁶⁴ ASSEMBLEIA NACIONAL CONSTITUINTE. Brasília. Ata nº 161, 18 de dezembro de 1987. p. 6245.

⁶⁵ ASSEMBLEIA NACIONAL CONSTITUINTE. Brasília. Ata nº 147, 5 de novembro de 1987. p. 2664.

repercussão das reformas que agora os anticomunistas poderiam “estar com” os novos comunistas. Outros, como José Mendonça de Moraes (PMDB) já utilizaram uma abordagem mais pejorativa:

Agora, é a produtividade que entra em jogo naquele país (Rússia), e nenhum socialista deseja um regime que aceita pagar pela produtividade. Tudo igual, tudo na estaca a zero é o que deseja. Não é isso que o Brasil deseja para a sua construção.⁶⁶

Após elogiar a ideologia do trabalho de Gorbachev, Moraes traz à tona a questão da produtividade, tratando como se fosse desejo de todos em uma realidade socialista que sua nação permanecesse sem crescer, sempre na “estaca zero”. Podemos observar aqui um destaque na questão econômica do socialismo como empecilho para o crescimento do país. Isso não livra os anticomunistas da época de outros preconceitos com o socialismo, mas o fato da abertura econômica, mesmo mantendo os pensadores clássicos da corrente, ter trazido toda essa repercussão positiva entre eles, nos sugere que esse seria um dos pilares mais importantes a ser combatido. Afinal, ter que procurar embasamento para salvar a memória de Marx e Lênin ao propor as reformas era trabalho de Gorbachev e, agora, esses fantasmas eram bem menos perigosos. Como o próprio Álvaro Valle elucida ao se referir ao soviético, “são (sic) nessas horas que a História produz estadistas que desatam o nó e encontram soluções”⁶⁷

Considerações Finais

Ao longo deste artigo, pudemos observar que, durante o século XX, o movimento anticomunista criou uma linha de continuidade, com momentos de atuação mais intensa ou, ao tentar “manter acesa a “chama” da luta, envolvendo-se em pequenas batalhas que serviam para aprestar as forças para os grandes combates”⁶⁸. Chegando na década de 1980, permanece esta continuidade agora com as particularidades de que, primeiramente, o país vivia um momento político diferente com o fim da ditadura civil-militar e, em segundo lugar, que a União Soviética iniciara reformas em suas políticas econômicas e sociais, alterando as referências do socialismo mundialmente.

⁶⁶ ASSEMBLEIA NACIONAL CONSTITUINTE. Brasília. Ata nº 97, 18 de julho de 1987. p. 3387.

⁶⁷ ASSEMBLEIA NACIONAL CONSTITUINTE. Brasília. Ata nº 158, 11 de dezembro de 1987. p. 6121.

⁶⁸ MOTTA, Rodrigo Patto Sá. *Em guarda contra o perigo vermelho: o anticomunismo no Brasil, 1917-1964*. São Paulo: Editora Perspectiva, 2002. p. 173.

Durante a ANC, traços anticomunistas foram evidenciados nas manifestações de alguns parlamentares, que se utilizaram dessas reformas soviéticas a seu favor, tentando enfraquecer os representantes do socialismo no país. Nessas manifestações, foi possível notar diferentes formas na abordagem da *perestroika* e da *glasnost* como argumentação anticomunista: alguns trataram o movimento socialista como ultrapassado, outros como fadado ao fracasso, outros como um verdadeiro marco de que o modelo não é funcional, atestado pelos seus mais importantes representantes. Alguns mais diretos, outros mais poéticos, alguns irônicos, outros educados. Todos eles se aproveitaram dos novos rumos propostos por Gorbachev na URSS para tentar convencer os colegas constituintes de que o fato de que modelo socialista como o conheciam tenha sido descontinuado na União Soviética mostrava o quanto o mesmo era ineficiente e, portanto, não deveria ser uma opção para o novo momento do Brasil.

A riqueza das atas analisadas também me permitiu encontrar ao longo do desenvolvimento da pesquisa outros temas que ainda não puderam ser desenvolvidos neste trabalho. Entre eles, estão as manifestações dos parlamentares de partidos socialistas sobre as reformas soviéticas e de que forma enxergavam essas mudanças. Apesar de brevemente abordado neste artigo, foi possível ver um universo maior de discussões deste tipo que seriam uma continuação ideal para este trabalho. Além disso, manifestações que continham análises mais minuciosas das reformas soviéticas e também algumas manifestações sobre o rumo da constituinte estar sendo socialista ou não ainda não puderam ser exploradas e deverão ser abordadas em uma próxima pesquisa.

Referências bibliográficas

BAUER, Caroline Silveira. **Um estudo comparativo das práticas de desaparecimento nas ditaduras civil-militares argentina e brasileira e a elaboração de políticas de memória em ambos os países.** Tese de Doutorado - Universidade Federal do Rio Grande do Sul, 2011.

BOHOSLAVSKY, Ernesto; MOTTA, Rodrigo Patto Sá; BOISARD, Stéphane. **Pensar as direitas na América Latina.** São Paulo: Alameda Casa Editorial, 2021.

GERHARD, Philipp RL. **Oportunismo ideológico? As relações econômicas entre a União Soviética e a ditadura militar.** [Sem cidade]: Revista Espaço Acadêmico 175, 2015.

GOMES, Ângela Maria de Castro. **A política brasileira em busca da modernidade: na fronteira entre o público e o privado.** In: SCHWARCZ, Lilia Mortiz (Org.). **História da vida privada no Brasil: contrastes da intimidade contemporânea.** São Paulo: Companhia das Letras, 2000.

GONÇALVES, Leandro Pereira; CALDEIRA NETO, Odilon. **O fascismo em camisas verdes: do integralismo ao neointegralismo.** Rio de Janeiro: Editora FGV, 2020.

GORBACHEV, Mikhail Sergeevich. **Perestroika: novas ideias para o meu país eo mundo.** São Paulo: Edit. Best Seller, 1987.

VERSIANI, Maria Helena. **Constituinte de 1987/1988.** In: Quadrat, Samantha Viz, ed. **Não foi tempo perdido: os anos 80 em debate.** Rio de Janeiro: Faperj, 2014.

MICHILES, Carlos. **Cidadão constituinte: a saga das emendas populares.** Paz e Terra, 1989.

MILLER, Nicola. **Soviet Relations with Latin America, 1959-1987.** Vol. 1. [Sem cidade]: Cambridge University Press, 1989.

MOTTA, Rodrigo Patto Sá. **Em guarda contra o perigo vermelho: o anticomunismo no Brasil, 1917-1964.** Vol. 180. São Paulo: Editora Perspectiva, 2002.

RESENDE , Anita Cristina Azevedo. "IANNI, Octávio. **A Sociedade Global.** Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1993." *Revista Inter-Ação* 16.1/2 (1992): 95-98.

SOUZA, Mayara Paiva de. **"O que não devia ser esquecido: a anistia e os usos do passado na Constituinte de 1946."** Tese de Doutorado - Universidade Federal de Goiás 2011.